

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2009
(Do Sr. Uldurico Pinto)

Requer informações ao Ministério das Minas e Energia sobre a Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A, suas subsidiárias e seus sócios.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia, sobre a Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A, suas subsidiárias e seus sócios:

1. Cópia do contrato nº 4600227466, referente ao aluguel de um lote para construção de um escritório da Petrobras para o estado do Espírito Santo, com aditivos, pagamentos efetuados até a presente data e **FITA DO CAIXA** nos primeiros 7 minutos posteriores à operação bancária, com o tempo rigoroso das ordens procedidas.
2. Cópia do contrato da construção do referido escritórios, estacionamento, infraestrutura no bairro onde está sendo construído o escritório.
3. Cópia do contrato de planta e projeto do referido prédio.
4. Cópia dos projetos de consultoria para construção do referido prédio.
5. Cópia das licitações do referido empreendimento.
6. Dados, como nome, CGC e endereço das empresas que perderam ou foram desclassificadas.

7. Cópia do contrato de aditamento do contrato das construções do referido prédio.
8. Cópia de todas as medições das construções e liberações parceladas até a data atual.
9. Nome dos membros da Comissão de Licitação que participaram do processo, como nome, entidade, CPF e endereço.
10. Cópia da **FITA DO CAIXA** bancário dos 7 minutos posteriores aos saques mensais da empresa proprietária do terreno.
11. Explicações clara e inequívocas dos motivos que levaram à decisão de construir o prédio da Petrobras em bairro de trânsito complexo e difícil, com preço astronômico, ao invés de construir em área baratíssima na grande Vitória, com trânsito simples, fácil e barato, e sua relação com a famosa **FITA DO CAIXA**.
12. Cópia de eventuais sindicâncias e/ou auditorias para apurar com profundidade a aberração de construir um prédio em bairro de trânsito congestionado, ao invés de construir em áreas até mesmo gratuitas, oferecidas pelas prefeituras vizinhas.
13. Qual o gasto pago até o momento com projeto, aluguel, consultoria, advogados e construção, previsão inicial e previsão final.
14. Cópia da síntese das medições dos contratos e pagamento referido no requerimento de informação nº 2973/2008 , bem como a data de início e fim dos contratos e seus aditamentos.
15. Nome dos contratos omitidos no requerimento de informações nº 2973/2008, com data do início e término , bem como aditamentos.

JUSTIFICAÇÃO

A análise da resposta ao requerimento de informações nº 2973/2008, aprovado pela Câmara os Deputados, feita pelo eminente ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, me deixa profundamente preocupado e perplexo, e as seguintes questões, eventualmente, poderiam ser formuladas por qualquer auditor de plantão:

1. O ministro Edson Lobão mentiu?
2. O ministro cometeu crime de responsabilidade?
3. O ministro foi incompetente?
4. O ministro foi irresponsável?
5. O ministro humilhou a Câmara dos Deputados e o povo brasileiro?
6. O ministro, ao omitir contratos, o que quis esconder e a quem protegeu?
7. O ministro debochou da Câmara dos Deputados e deu um tapa na face dos parlamentares e do povo brasileiro?
8. O que será que faz um ministro esconder e enfrentar o parlamento ao colocar um manto de suspeição sobre os contratos da maior empresa brasileira?
9. O ministro chamou a imprensa, os parlamentares, os funcionários da Petrobras, os acionistas e o povo brasileiro de idiotas?

Conheço o ministro Edson Lobão e, como membro da Assembléia Nacional Constituinte, participamos de lutas, cada um de seu lado, ele do denominado Centrão e o parlamentar, que ora subscreve este requerimento, como membro do Movimento de Unidade Progressista – MUP, e na importante Comissão de Sistematização. Estivemos em campos opostos e, especificamente, na noite histórica da votação de interesses importantes da reforma agrária no Brasil, fui procurado e autorizado pelo **senador Mário Covas** e pelo **deputado Ulysses Guimarães** para localizar, convencer e trazer imediatamente à votação nessa Comissão de Sistematização o deputado Benedicto Monteiro do estado do Pará, que estava desaparecido. Este voto decidiu a votação na Comissão de Sistematização desse importante tema para

a nação brasileira. Quando o localizei dei ordem, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, para desviar um avião a jato - que estava voando para São Luiz/MA - voltar à Belém e trazer imediatamente o deputado para Brasília. E missão cumprida.

Até hoje não entendi porque fui escolhido para localizar com precisão e trazer um parlamentar numa noite fria de Brasília, a fim de decidir uma votação presidida pelo senador Edson Lobão, que nem sequer notou a obstrução com discursos revezados dos parlamentares Progressistas, que aguardavam a chegada do voto que faltava.

O senador não notou e ganhamos a votação.

Será que o senador não notou que tinha empresas com contratos vencidos e outros omitidos na resposta do requerimento de informações nº 2973/2008, ou será que notou demais?

Fui chamado de comandante geral do comando suicida, mas, seguramente, não sou comandante nem suicida.

A greve de fome que fiz foi para exigir a análise de um documento pela Unicamp e pela própria Polícia Federal para demonstrar minha inocência.

A luta que participo como presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos e todo o trabalho que estou enfrentando para esclarecer e defender a Petrobras, causa um enfrentamento com setores beneficiários dos eventuais crimes econômicos e sociais que as empreiteiras beneficiadas estão gozando.

Há poucos dias atrás a mãe de meus filhos foi colocada como sequestrada, e meu sogro **Alencar Furtado**, homem acima de qualquer suspeita, ex-deputado federal, líder do PMDB e ex-candidato a governador do Paraná – na época contra o senador Álvaro Dias -, recebeu esse comunicado criminoso.

Nossa família vive uma dor: meu cunhado deputado federal do Paraná **Heitor Alencar Furtado** foi assassinado com apenas 26 anos de idade; meu concunhado, deputado **Chico Pinto** da Bahia e meu sogro foram cassados pela ditadura militar.

Tive dois colegas de luta assassinados no estado do Pará, o deputado estadual Fonteles e João Batista.

A necessidade de esclarecer, apurar e explicar é a melhor maneira de defender a Petrobras.

Tive a oportunidade de participar de várias reuniões com o professor José Sérgio Gabrielli, ele presidente do PT da Bahia e eu presidente do PSB da Bahia.

Nossa contribuição à luta democrática na Bahia teve um fruto. A Bahia hoje é governada pelo competente governador Jaques Wagner, nosso príncipe judeu.

Foi contínua a luta para defender a Petrobras, e um ministro do Estado brasileiro não tem o direito de colocar sobre suspeição os contratos maiores de nosso país e tripudiar sobre um parlamento democrático.

O requerimento de informação tem valor maior que de uma CPI. Ele é pouco utilizado e precisa ser mais divulgado. Ele tem força de lei.

Reafirmo, nesta oportunidade, que não tenho nada a opor sobre a divulgação integral de todos os ofícios encaminhados e respostas obtidas.

Os sete homens de ouro e as 2 mulheres rainhas, amplamente difamados nos corredores da Câmara, deixa os parlamentares intensamente constrangidos.

O que há de verdade por trás desses comentários. Onde querem chegar? O que está acontecendo?

Mais de cinco mil juízes estaduais e federais podem ser devidamente acionados pela Petrobras em nome da transparência. Podem requerer as

FITAS DO CAIXA de quaisquer contratos de construção, alugueis e fretamentos para ajudar os defensores da Petrobras.

O rastreamento nas 10 contas subsequentes dos depósitos oriundos do registro dos primeiros 7 minutos da **FITA DO CAIXA** é um enigma dos mais simples, a ser decifrado por qualquer auditor menos experiente que seja, pode ser usado pela direção para apurar quaisquer contratos questionados e, sob o manto da transparência, para evitar desgaste da Petrobras, o que é um objetivo do honesto, digno e brilhante presidente José Sérgio Gabrielli.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado ULDURICO PINTO